

CARTA DE PLATAFORMA PROGRAMÁTICA DO CAMPO POPULAR NA BAHIA

A presente Plataforma Programática expressa o acúmulo histórico das lutas, debates e demandas construídas pelas organizações do campo popular da Bahia. Ela reafirma nosso compromisso com a democracia, a soberania nacional, a justiça social e a defesa dos direitos do povo, apresentando condições e compromissos necessários para o avanço de um projeto democrático e popular e para a derrota do neofascismo, da extrema direita e de seus aliados.

Vivemos um período marcado por uma ofensiva mundial do fascismo articulada aos interesses imperialistas, especialmente na América Latina, onde se intensificam disputas estratégicas pelo controle dos territórios, dos bens da natureza e da soberania dos povos. Nesse cenário, o Brasil ocupa uma posição central devido à sua relevância política, econômica e territorial no continente. As próximas eleições representam uma disputa decisiva para o futuro da democracia brasileira, exigindo a unidade dos povos em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais diante das tentativas de ingerência externa e interna.

A vitória de Lula em 2022 foi fundamental para interromper o avanço da extrema direita e impedir o aprofundamento da destruição das instituições democráticas, dos direitos trabalhistas e das políticas sociais. O governo retomou políticas importantes para as classes populares, como o Minha Casa Minha Vida, a ampliação das políticas de acesso à água por meio das cisternas, o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização do salário mínimo e a retomada da geração de empregos.

Entretanto, embora a construção de uma frente ampla tenha sido necessária para derrotar Bolsonaro, a ausência de uma orientação estratégica mais voltada à construção de uma frente popular limitou a capacidade de mobilização e pressão das forças populares para que o governo avançasse em mudanças estruturais, revertere os efeitos das reformas neoliberais e construísse um modelo econômico baseado na ampliação dos investimentos, na distribuição de renda e no desenvolvimento soberano.

Persistem desafios relacionados à dependência econômica, à reprimarização da economia e à vulnerabilidade do país diante das oscilações internacionais. A superação desses limites exige políticas estruturantes capazes de fortalecer a soberania nacional, promover a industrialização, ampliar a geração de empregos, distribuição da riqueza e garantir a ampliação dos direitos sociais.

Na Bahia, completamos duas décadas de governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, cuja vitória em 2007 foi fundamental para derrotar o carlismo enquanto expressão política de um projeto ultraneoliberal e historicamente contrário aos interesses populares. Nesse período, importantes avanços foram conquistados, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar, na expansão da infraestrutura e na construção de uma relação mais democrática com as demandas dos setores populares.

Contudo, permanecem desafios estruturais que precisam ser enfrentados. O modelo econômico adotado mantém forte dependência das atividades primárias e da exploração intensiva dos bens da natureza, sem avanços suficientes em políticas de reforma agrária, industrialização, proteção ambiental, garantia dos direitos humanos e democratização econômica. Também permanecem graves problemas na área da segurança pública, marcada pela alta letalidade policial, além do avanço de modelos de parceria público-

privada que contribuem para a privatização e precarização de serviços essenciais como saúde e educação. Essa dinâmica contribui para o aumento dos conflitos no campo, a intensificação das disputas territoriais e o agravamento da violência contra as populações mais vulneráveis.

Diante dessa realidade, as organizações do campo popular da Bahia apresentam esta Plataforma Programática como instrumento de diálogo permanente e construção coletiva entre governos, movimentos populares e organizações sindicais. Defendemos a abertura de canais efetivos de participação popular, o debate contínuo das propostas aqui apresentadas e a implementação de políticas públicas capazes de responder às necessidades concretas do povo baiano.

Acreditamos que somente com participação popular, unidade das forças democráticas e compromisso com mudanças estruturais será possível derrotar o fascismo e a extrema direita nas urnas e nas ruas, fortalecendo um projeto de democracia, soberania e justiça social.

Reafirmamos nosso apoio aos governos de Jerônimo Rodrigues, na Bahia, e Lula, no Brasil, ao mesmo tempo em que seguimos mobilizados para a construção de um Brasil e uma Bahia onde os direitos do povo sejam prioridade, onde a riqueza produzida esteja a serviço da maioria e onde a democracia seja fortalecida pela participação daqueles que historicamente constroem este país.

“Com tiranos não combinam brasileiras, brasileiros corações.”

Pátria Livre, Venceremos!

1. É necessário realizar mudanças profundas no modelo de transição energética do estado. Superar o debate restrito de escolha de matriz tecnológica, seja hidráulica, eólica ou solar. É necessário ampliar o controle popular para incidir decisivamente no planejamento, na organização e controle da produção e distribuição da energia, na distribuição da riqueza gerada e no controle sobre as reservas estratégicas de base natural vantajosa.
2. Garantir os direitos das populações atingidas por parques eólicos, fazendas solares e barragens na Bahia, que seguem violando pelo menos 16 direitos humanos de forma sistemática. É urgente instituir a Política Estadual de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PEAB), que tramita na ALBA através do PL Nº 25445/2024. Garantindo sua aplicação integral e reparando a dívida histórica que o Estado tem com essas populações.
3. Democratizar a política mineral baiana, garantindo espaços permanentes de participação e controle social no planejamento e na definição das políticas do setor, respeitando os direitos dos povos e comunidades e incorporando avanços das legislações internacionais. É necessário criar territórios livres de mineração em áreas essenciais à reprodução da vida, especialmente em territórios tradicionais.

4. Revisar o papel da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), garantindo uma atuação orientada pelo interesse público, transparência e participação popular, construindo uma política mineral soberana, articulada ao desenvolvimento industrial, tecnológico e à agregação de valor, com debate público sobre minerais críticos e estratégicos, como as terras raras. Assim como é fundamental implementar uma política de remineralizadores, fortalecer a pequena produção mineral com critérios socioambientais e estabelecer medidas rigorosas de combate à mineração ilegal, especialmente em territórios indígenas, comunidades tradicionais e áreas protegidas, garantindo a proteção ambiental, os direitos coletivos e a soberania sobre os recursos minerais.
5. Implantar o “Programa Camponês”, como um programa de desenvolvimento da agricultura familiar camponesa com base nos 4 eixos: produção, processamento, comercialização/abastecimento e assistência técnica.
6. Consolidação dos Planos Estaduais de convivência com o semiárido, de agroecologia e de sementes criolas, bem como o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Bahia e de assistência técnica e extensão rural.
7. Avançar na regularização fundiária, garantindo recursos financeiros e reestruturação institucional, com prioridade nas demandas das comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Indígenas, Quilombolas, Pescadores e Pescadoras Artesanais.
8. Criar a Política Estadual de Educação do Campo, que viabilize um Programa Estadual de Educação Contextualizada (Currículo Bahia Contextualizada, Formação de professores/as, produção de materiais didáticos e paradidáticos, mobilização social) com financiamento contínuo para as Escolas Famílias Agrícola – EFA’s.
9. Respeito ao meio ambiente e reparação dos impactos sociais e ambientais na implementação de empreendimentos. Sendo necessário o fortalecimento da gestão ambiental e recursos hídricos adotando critérios mais rígidos nas autorizações de outorgas e supressão vegetal. Alterar o licenciamento ambiental no estado, com participação popular, e que leve em conta à população local no planejamento, execução e fiscalização das obras bem como a realização de consultas livre, prévia e informada às populações atingidas.
10. A Bahia é o quarto estado que mais mata lideranças de movimentos populares do Brasil segundo o caderno de Conflitos 2025 elaborado pela CPT. Sendo necessário a constituição de um grupo permanente de Direitos

Humanos com a participação das forças progressistas que garanta a proteção de lideranças e militantes sociais com o objetivo de combater a criminalização dos movimentos populares, que monitore e dê celeridade às investigações de assassinatos já ocorridos e que crie um grupo especializado para dismantelar os grupos de pistolagem no interior do estado.

11. Criar parceria no âmbito da extensão, ciência, tecnologia e inovação com as universidades federais presentes no estado, IFs e IFBAs, bem como investir e ampliar as Universidades Estaduais com a estratégia de investimento público em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.
12. Por uma Reforma Urbana Popular e garantia de Moradia Digna, a partir do permanente diálogo e negociação da situação imobiliária das pequenas, médias e grandes cidades, com vistas a recuperação de prédios públicos ou privados abandonados, a serem destinados à moradia popular, além de autonomia dos movimentos sociais na indicação aos empreendimentos comunitários e imobiliários. Do mesmo modo, o fortalecimento das comunidades quilombolas urbanas, indígenas urbanas, ribeirinhas urbanas, priorizando as normativas específicas e viabilizando experiências de autogestão nos territórios.
13. Fortalecimento das Políticas Públicas para a garantia da vida digna e emancipação das Mulheres, através da socialização gradativa do trabalho reprodutivo não remunerado, promoção da justiça reprodutiva e do combate a todas as formas de violência sofridas por elas. Ampliação de políticas de creches públicas (incluindo estrutura em todos os campus das universidades públicas, zonas rurais e camponesas), assim como criação e/ou reativação de espaços públicos garantindo a gestão cooperativa de mulheres, tais como Lavanderias públicas e restaurantes populares, possibilitando a geração de emprego e renda para as mesmas.
14. Ampla política para juventude da classe trabalhadora baiana, que articule educação, emprego, renda, cultura e moradia, com a efetivação imediata do Plano Estadual de Juventude, com a garantia de alocação de recursos públicos específicos, bem como editais de incentivo a arte e cultura com foco no público jovem em toda sua diversidade.
15. Assegurar o controle popular sobre a aplicação da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral, da CFURH - Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos e dos royalties do petróleo, destinando parte desses recursos para fortalecimento da educação e saúde pública e as economias apropriadas regionalmente. Criar fundos para

diversificação econômica dos municípios atingidos por mineradoras, hidrelétricas e pela indústria do petróleo.

16. Fortalecer a luta pela reestatização da RLAM e garantir a EMBASA, BAHIAGÁS, e demais estatais sem venda de capital, privatização ou fatiamento. Garantindo às empresas estatais de caráter público, indutoras do desenvolvimento com soberania, combate às desigualdades regionais, valorização do trabalho e ampliação do conhecimento tecnológico acumulado.
17. A água deve ser reconhecida e tratada como um direito e não mercadoria. Para tanto é necessário à elaboração de uma emenda à Constituição Estadual para tornar a água um direito humano fundamental, bem como a regulamentação da lei 11.172/2008 da política estadual de saneamento básico. Garantindo o acesso às populações rurais e urbanas o saneamento básico de caráter público, universal, e de qualidade dos serviços no abastecimento de água, esgoto, e tratamento sanitário.
18. Reestatizar a COELBA, já que a concessão de uso do grupo Neoenergia se encerra em 2027 sendo necessário já construir um planejamento de estatização da empresa, garantindo 100% controle estatal e destino social dessa energia de baixo custo, com preservação (e ampliação) integral dos ganhos e dos empregos dos trabalhadores.

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Comissão Pastoral da Terra - CPT - Bahia

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP - Bahia

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM

Pastoral Rural

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - SINERGIA Bahia

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE

Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras da Bahia – Sindipetro Bahia